

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.062.661 - SP (2017/0042825-7)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
PROCURADOR : ROBSON LIMA DE CARVALHO - SP293628
AGRAVADO : ARCOS DOURADOS COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA
ADVOGADO : TAMYRIS DANTAS - SP326749

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. CDA QUE NÃO APRESENTA OS REQUISITOS LEGAIS. MODIFICAÇÃO DO JULGADO QUE REQUER O REEXAME DE PROVAS. INEXISTÊNCIA DE LITISPENDÊNCIA E DE COISA JULGADA. CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO COM BASE NO SUPORTE FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL DA MUNICIPALIDADE A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial interposto pelo MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP, com fundamento na alínea *a* do art. 105, III da Carta Magna, no qual se insurge contra acórdão proferido pelo egrégio TJSP, assim ementado:

Embargos à execução fiscal. Reforma da sentença extintiva em virtude da ocorrência da coisa julgada. Nulidade da CDA não decidida em exceção de pré-executividade. Vício, inclusive, conhecível de ofício, em qualquer grau de jurisdição - art. 267, §3º do CPC.

Efeito translativo da apelação. CDA nula. Ausência de fundamentação legal dos tributos executados. Dá-se provimento ao recurso (fls. 190).

2. Nas razões do Apelo Nobre, a parte recorrente aponta violação dos arts. 202 do CTN, e 2o., § 5o. da Lei 6.830/1980 e 301, §3o. do CPC/1973. Sustenta, em síntese, que a CDA reveste-se dos seus requisitos legais, pelo que não há falar em nulidade do título executivo fiscal. De outro lado, deve ser reconhecida a litispendência e a coisa julgada, tendo em vista a existência de exceção de pré-executividade anterior que foi rejeitada pelo juízo.

3. Com contrarrazões (fls. 223/233), o recurso foi

inadmitido na origem (fls. 252).

4. É o relatório.

5. A insurgência não merece prosperar.

6. Quanto ao pleito de reconhecimento da validade da CDA, o Tribunal de origem, após a análise do conjunto fático-probatório dos autos, concluiu que a CDA que aparelha a presente Execução é nula diante da ausência de indicação da fundamentação legal da cobrança dos tributos. A propósito, veja-se trecho do voto condutor do acórdão:

Limita-se o exequente a indicar os artigos pelos quais se computam a multa, os juros de mora e a atualização monetária, sem, no entanto, especificar aqueles que fundamentaram a cobrança dos tributos, o que dificulta o exercício do direito de defesa do executado, além de prejudicar o controle judicial sobre o ato administrativo (fls. 03 do apenso).

Como bem observa Leandro Paulsen "é imperativo que conste do Termo de Inscrição e, posteriormente da CDA, a indicação do dispositivo de legal que fundamenta o débito. Não basta a indicação genérica a tal ou qual lei. Exige-se a indicação do dispositivo específico, do artigo em que resta estabelecida a obrigação" (fls. 195).

7. Assim, para se chegar a conclusão diversa da firmada pelas instâncias ordinárias, seria necessário o reexame das provas carreadas aos autos, o que é defeso em Recurso Especial.

8. Nesse sentido:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGADA NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AOS ARTS. 4º, 6º, 139, IX, 317 E 801 DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 9º 10, E 933 DO CPC/2015. FALTA DE IMPUGNAÇÃO, NO RECURSO ESPECIAL, DE FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO COMBATIDO, SUFICIENTE PARA A SUA MANUTENÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF. EXECUÇÃO FISCAL. NULIDADE DE CDA. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À

LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão que julgara Agravo em Recurso Especial interposto contra decisum publicado na vigência do CPC/2015.

II. Na origem, trata-se de Execução Fiscal ajuizada para cobrança de débitos de ISSQN e multas. Extinto o processo pelo Juízo de 1º Grau, por vício material na Certidão de Dívida Ativa - CDA, o Município interpôs apelação, a qual foi improvida pelo Tribunal de Origem.

III. Quanto à alegação de negativa de prestação jurisdicional, verifica-se que, apesar de apontar como violado o art. 1.022 do CPC/2015, a agravante não evidencia qualquer vício, no acórdão recorrido, deixando de demonstrar no que consistiu a alegada ofensa ao citado dispositivo, atraindo, por analogia, a incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia"). Nesse sentido: STJ, AgInt no AREsp 1.229.647/MG, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJe de 15/06/2018; AgInt no AREsp 1.173.123/MA, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 29/06/2018.

IV. Não tendo o acórdão hostilizado expendido qualquer juízo de valor sobre os arts. 4º, 6º, 139, IX, 317 e 801 do CPC/2015, a pretensão recursal esbarra em vício formal intransponível, qual seja, o da ausência de prequestionamento - requisito viabilizador da abertura desta instância especial -, atraindo o óbice da Súmula 282 do Supremo Tribunal Federal ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada"), na espécie.

V. No tocante à alegação de violação aos arts. 9º, 10 e 933 do CPC/2015, não merece prosperar o Recurso Especial, quando a peça recursal não refuta determinado fundamento do acórdão recorrido, suficiente para a sua manutenção, em face da incidência da Súmula 283/STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles").

VI. "A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não é possível corrigir, na certidão, vícios do lançamento e/ou da inscrição. A emenda ou substituição da CDA é admitida diante da existência de erro material ou formal, não sendo cabível, entretanto, quando os vícios decorrem do próprio lançamento ou da inscrição (Súmula 392/STJ)" (STJ, REsp 1.782.735/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/05/2019). Precedentes do STJ.

Superior Tribunal de Justiça

VII. O Tribunal de origem, com base no exame dos elementos fáticos dos autos, manteve a sentença, consignando que "na hipótese dos autos, os vícios da CDA decorrem da própria inscrição que, por sua vez, reflete os termos do lançamento, porquanto a CDA deixou de discriminar a fundamentação legal da exigência principal da dívida e a data do vencimento do tributo, que desencadeou a presente execução, o que prejudica a defesa do executado, que se vê impedido de questionar a origem, as importâncias e a forma de cálculo. Portanto, não cabe a substituição da CDA, tratando-se de erro substancial, e não meramente material ou formal, nos termos da Súmula 392 do E. STJ".

VIII. O entendimento firmado pelo Tribunal a quo, no sentido de que o vício da CDA reflete defeito substancial do ato de lançamento e do ato de inscrição em Dívida Ativa, não pode ser revisto, pelo Superior Tribunal de Justiça, em sede de Recurso Especial, sob pena de ofensa ao comando inscrito na Súmula 7 desta Corte. Precedentes do STJ.

IX. Agravo interno improvido (AgInt no AREsp. 1.551.712/SP, Rel. Min. ASSUETE MAGALHÃES, DJe 20.2.2020).

9. De outro lado, o Tribunal de origem também afastou as teses de litispendência e de coisa julgada, tendo em vista que a exceção de pré-executividade anteriormente proposta já havia sido julgada e nela não houve discussão quanto à regularidade da CDA. Veja-se:

Entretanto, não há que se falar em coisa julgada.

Mesmo que se entenda pela impossibilidade de renovação da matéria discutida em exceção de pré-executividade nos embargos à execução - pelo instituto da preclusão consumativa - observa-se que o incidente processual tratou apenas da ilegitimidade passiva (fls. 38/39) e não da nulidade g, da CDA. Não houve a análise dos requisitos do título executivo extrajudicial. Assim, eventual preclusão teria ocorrido apenas em relação àquela.

(...).

Outrossim, também não existe a litispendência.

Esta se configura pela existência simultânea de duas ações em que haja a coincidência da tríplice identidade: partes, causa de pedir e pedido (art. 301, §3º do CPC). O julgamento anterior da exceção de pré-executividade já é suficiente para afastar o vício suscitado (fls. 192/193).

Superior Tribunal de Justiça

10. Logo, a revisão de tal conclusão demanda o revolvimento do suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável nesta via excepcional.

11. Ante o exposto, nega-se provimento ao Agravo em Recurso Especial da Municipalidade.

12. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR